



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Videira
Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira –
INPREVID

**ATA DE REUNIÃO Nº 06/2026 DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO
INPREVID**

Aos 24 dias do mês de junho de 2026, às 08h30min, na sede do INPREVID, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos - o Presidente Vilso Vanz e o Membro Wolmar Erdmann para a reunião ordinária do mês. O Presidente Vilso deu boas-vindas e iniciou os trabalhos apresentando a **Análise dos Investimentos em maio/2026: Composição da Carteira de Investimentos**: Fundos em Renda Fixa: **24,17%**; Fundos em Renda Variável: **4,48%**; Fundos Multimercado: **0,00%**; Investimentos no Exterior: **0,00%**; Títulos Públicos (NTN-B): **71,34%**. Recursos Financeiros Aplicados: **R\$ 450.284.310,61**. Recursos em Conta Corrente: R\$ 150,52, saldo total entre recursos financeiros aplicados e recursos em conta: **R\$ 450.284.461,16**. **Rentabilidade média da carteira acumulada no mês: 0,67%**. **Rendimento: R\$3.002.197,85**. **Destaques:** 1) Rentabilidade positiva dos Títulos Públicos (NTN-B): média de 1,18%, com valor acumulado em **R\$ 321.245.514,93**; 2) Variação negativa do investimento: Caixa Ações Livre, com retração de R\$1.585.351,99 em saldo e rentabilidade percentual negativa em -7,28%. **Aplicações:** R\$ 20.774.862,52 de saldo movimentado. **Resgates:** R\$20.811.378,60 de saldo movimentado; Saldo entre aplicações e resgates foi negativo: R\$ 36.516,08. **Distribuição dos recursos do INPREVID:** BB Gestão DTVM: 14,04%; Caixa DTVM: 14,61%; e Títulos Públicos: 71,34%. Ainda sobre os fundos de investimentos no mês de maio ocorreu o pagamento de cupons de NTN-B's no valor de R\$3.516.109,29 e o saldo de R\$ 3.498.091,40 foi reaplicado em uma nova NTN-B, este valor de aplicação se dá devido a quantidade de cotas compradas, não sendo possível comprar cota fracionada, a nova NTN-B está com vencimento para 2035 a uma taxa de 7,6830% a.a. aproveitando a janela atual com taxas superiores a IPCA + 7% ao ano. Na sequência o presidente comentou da alta do Copom, onde a mesma indicou um início inflacionário e projeta uma elevação das expectativas para os próximos anos, acima da meta estabelecida, o Banco Central manteve alerta a possibilidade de novos cortes da Selic, e que as próximas decisões dependem da evolução dos dados econômicos, das expectativas inflacionárias e das condições do cenário internacional. O andamento do acordo pelo fim dos conflitos no oriente médio foi um fator benigno para a dinâmica do mercado. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, assim como esta ata, que segue assinada pelos presentes.

VILSO VANZ
Presidente do INPREVID e
Presidente do Comitê de Investimentos

WOLMAR ERDMANN
Membro do Comitê de Investimentos



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Videira

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira –
INPREVID

COMENTÁRIOS À CONJUNTURA ECONÔMICA

Desde o início do atual conflito envolvendo os Estados Unidos e o Irã, observa-se uma alta dos juros ao redor do mundo. Os impactos inflacionários provocados pela restrição de uma parcela relevante da oferta global de petróleo passaram a incorporar prêmios maiores nas taxas de juros, em meio à necessidade de os bancos centrais conterem o avanço dos preços e evitarem uma desancoragem adicional das expectativas de inflação. Em particular, a curva de juros de longo prazo dos Estados Unidos apresentou elevação significativa. As taxas dos títulos do Tesouro americano de 10 anos acumularam alta de aproximadamente 50 pontos-base desde o início do conflito, refletindo a percepção dos agentes de que o Federal Reserve deverá manter uma política monetária mais restritiva por um período prolongado, diante das incertezas relacionadas às consequências da guerra e da resiliência demonstrada pela economia americana. No final de maio, surgiram notícias mais positivas para os mercados. A possibilidade de reabertura do Estreito de Ormuz pelo Irã ganhou força em meio às negociações com os Estados Unidos, que seguem avançando de forma gradual, mas ainda enfrentam diversos obstáculos desde a assinatura do acordo de cessar-fogo em abril. Essa perspectiva contribuiu para uma redução dos preços do petróleo nos mercados internacionais, aliviando parcialmente o principal canal de transmissão do conflito para a inflação global. Ainda assim, a volatilidade deve permanecer elevada enquanto um acordo definitivo não for formalizado, o que limita um fechamento mais consistente das curvas de juros globais. Historicamente, movimentos de alta nos juros de longo prazo americanos costumam apresentar correlação negativa com os mercados acionários, sobretudo em economias emergentes como o Brasil, que tendem a ser mais sensíveis a choques externos. Essa preocupação também ficou evidente na ata da última reunião do Federal Reserve. O comitê adotou um tom mais cauteloso, e a dissidência de três membros em relação à manutenção do viés de baixa para os juros evidenciou a preocupação crescente com a inflação. A maior parte dos participantes avaliou que um aperto monetário adicional poderia ser apropriado caso os preços permanecessem persistentemente acima da meta. Os dados recentes reforçam essa avaliação. Em abril, o Índice de Preços das Despesas de Consumo Pessoal (PCE) atingiu 3,8% em 12 meses, enquanto seu núcleo avançou para 3,3%, sustentando a percepção de que o espaço para novos cortes de juros permanece bastante limitado no curto prazo. Assim como a economia dos Estados Unidos segue demonstrando resiliência, o PIB brasileiro também apresentou crescimento no primeiro trimestre de 2026. A atividade econômica avançou 1,1% na comparação trimestral e acumulou expansão de 1,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os dados mais recentes mostraram recuperação em alguns segmentos importantes da economia. A indústria extrativa continuou sendo um dos principais destaques, impulsionada pelo aumento da produção de petróleo e beneficiada pelo ambiente de preços elevados da commodity. Além disso, a construção civil apresentou retomada, movimento relevante por se tratar de um setor tradicionalmente mais sensível a condições financeiras restritivas e ao encarecimento do crédito. Pelo lado da demanda, a economia também mostrou sinais de força. O consumo das famílias acelerou em relação aos trimestres anteriores, sustentado por políticas de estímulo à renda, crescimento dos salários reais e um mercado de trabalho que permanece resiliente. Esse conjunto de fatores contribuiu para um maior dinamismo da economia brasileira no primeiro trimestre do ano. No entanto, as expectativas continuam apontando para uma desaceleração da atividade nos próximos trimestres. A manutenção de uma política monetária contracionista e de condições de crédito mais restritivas tende a continuar limitando o



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Videira

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira –
INPREVID

crescimento, especialmente nos setores mais sensíveis ao custo de financiamento. Em linha com uma atividade econômica ainda resiliente, os últimos Boletins Focus seguem mostrando revisões altistas para as expectativas de inflação. A combinação entre demanda doméstica aquecida, mercado de trabalho apertado e pressões persistentes sobre os preços dos alimentos continua dificultando o processo de convergência da inflação para a meta. Além disso, o mercado acompanha com atenção a possibilidade de ocorrência de um evento de El Niño mais intenso até o final do ano, conforme avaliações de órgãos meteorológicos como a NOAA. Caso esse cenário se confirme, poderão surgir pressões adicionais sobre os preços de alimentos, especialmente ao longo de 2027, horizonte que possui maior relevância para as decisões de política monetária do Banco Central do Brasil. Dessa forma, o balanço de riscos para a inflação continua assimétrico para cima. Esse cenário se torna ainda mais desafiador diante de um mercado de trabalho que permanece apertado, sustentando o crescimento da renda e do consumo das famílias. Ao mesmo tempo, a produtividade da economia brasileira tem mostrado evolução limitada, enquanto os salários reais continuam avançando em ritmo superior. Essa combinação tende a elevar os custos das empresas e sustentar pressões inflacionárias, reduzindo o espaço para uma flexibilização mais intensa da política monetária e reforçando a necessidade de manutenção de juros restritivos por um período prolongado. O câmbio tem sido um dos principais fatores que vêm limitando a alta da inflação sobre a economia brasileira. O cenário externo contribuiu de forma favorável para a taxa de câmbio ao longo do último ano, sustentado por um fluxo de capitais relativamente positivo para os ativos domésticos. Além disso, a posição do Brasil como exportador líquido de petróleo e de commodities agrícolas reduz parte da vulnerabilidade da economia aos choques recentes observados nos mercados globais. Soma-se a isso a relevância crescente de minerais estratégicos presentes no país, incluindo as chamadas terras raras, tema que ganhou destaque no cenário internacional. Esse conjunto de fatores contribui para que o Brasil continue sendo percebido como um destino relativamente atrativo dentro do universo de mercados emergentes, ajudando a sustentar o câmbio. Contudo, existem fatores que historicamente aumentam a volatilidade cambial, e o ambiente político é um dos mais relevantes para o caso brasileiro. À medida que o calendário eleitoral se aproxima, a tendência é de maior sensibilidade dos mercados aos desdobramentos políticos. Eventos recentes envolvendo os principais candidatos podem alterar a dinâmica da disputa e influenciar a percepção dos investidores em relação aos rumos da política econômica a partir do próximo ano. Nesse contexto, os próximos meses tendem a ser marcados por um aumento da incerteza política, fator que pode pressionar os prêmios de risco dos ativos domésticos. Essa dinâmica costuma se refletir principalmente nos vértices mais longos da curva de juros, que incorporam expectativas relacionadas ao cenário fiscal e institucional do país. Assim, uma redução mais consistente das taxas de juros de longo prazo continuará dependendo não apenas do comportamento da inflação, mas também de avanços na percepção de sustentabilidade fiscal e de maior previsibilidade do ambiente político.